

Boi de piranha

JOSÉ SARNEY

O Orçamento não é elaborado no Congresso. É uma proposta do Poder Executivo. O Congresso pode apenas mexer em 1% das dotações destinadas a investimento. Estas informações simples têm sido deformadas, quer na cabeça das pessoas quer no tratamento dado pela mídia a esse tema. Dessa visão errada têm saído as mais estapafúrdias conclusões a respeito da correta visão da chamada "lei de meios".

Considero que um dos fatos mais importantes acontecidos no Brasil, que importou na melhoria dos nossos costumes políticos e deu um grande avanço no comportamento ético dos parlamentares, foi a chamada "comissão de inquérito do Orçamento". O Congresso deu uma demonstração extraordinária de vontade política quando arrolou 18 culpados, cassou mandatos e direitos políticos. Os seus resultados não se esgotaram nas punições, foram além e se desdobraram na própria formulação regimental sobre a tramitação de matérias nas duas casas, Câmara e Senado. Mas o que passou despercebido foi o fato de que os ilícitos ali arrolados somente puderam existir porque houve um conluio entre o Executivo e o Legislativo. Um colava as verbas, outro pagava, e ambos dividiam as comissões. Sem a participação do Executivo qualquer alteração do

Orçamento não terá nenhum resultado prático, uma vez que é este que comanda a execução orçamentária e libera as verbas.

Os ensinamentos da Comissão de Inquérito do Orçamento foram grandes. Graças a eles o Congresso reformulou todos os procedimentos de votação do Orçamento, através de uma resolução, cujo relator foi o senador José Fogaça, que fez um excelente trabalho. Proibiu emendas individuais suspeitas, emendas dos sub-reletores e do relator, estabeleceu o critério de emendas de bancada (2/3 de cada estado), emendas regionais de obras de interesse de vários estados, obrigação das obras estarem no Plano Plurianual, votações estabelecendo hierarquias de decisão, o que evita decisões solitárias através das quais as pessoas tinham poder discricionário. Todos os partidos participam de seus órgãos e de suas decisões. O trabalho é feito com absoluta transparência e com o apoio logístico de um aparelho técnico de alto nível, quer no âmbito dos recursos humanos, quer na disponibilidade dos equipamentos de informática. Este ano, acrescentaram-se ainda os resguardos tomados com a realização de audiências públicas, feitas no Brasil inteiro.

Numa casa política em que todos são iguais, a vigilância que se exerce e o controle dos partidos tornam impossível qualquer procedimento ilícito, senão com envolvimento de todos os partidos,

bem como com a participação do Executivo. Acrescente-se que, também, a tramitação do orçamento está sujeita às normas rígidas da Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias.

Agora, se o Congresso tomou esse cuidado, o mesmo não se pode dizer do Executivo, que ainda elabora o Orçamento às escuras, por uns poucos, sem transparência e sem o conhecimento dos ministros e do presidente, pois é uma caixa-

preta de alguns burocratas. Qual o critério de alocação dos recursos que vêm na proposta? Como se chega a esse montante? Não se sabe. Assim, os lobbies atravessaram a praça e hoje têm campo mais fácil na burocracia que manipula a proposta orçamentária. Ao Congresso restou poder alterar apenas 1% e, quando o faz, lá vem o mundo abaixo. O Orçamento é a maior lei da República. É ela que

contém os gastos e fixa a receita. O grande ideal do Executivo, nos seus escalões administrativos, é fugir ao controle do Legislativo. Por isso ele aproveita não existir Orçamento dentro do ano fiscal, abrindo as portas ao arbítrio. O fato ocorrido na Comissão de Orçamento, em que um deputado teria pedido propina para manter determinada verba, se existiu, não deve servir de parâmetro para o

juízo do trabalho louvável, honesto e proveitoso que tem sido feito no Congresso Nacional para melhorar a tramitação da lei orçamentária. É o caso isolado, que é mais uma acusação de extorsão do que uma conduta facilitada por ser membro do Congresso. Caso o ministro Krause, em vez de procurar o presidente da República, tivesse procurado o presidente da Câmara ou o presidente da

Comissão de Orçamento, não tenho dúvidas que eles teriam tomado, com a maior determinação, todas as providências para punir o culpado, como afinal o fizeram. Não como tocados pelo escândalo e, sim, pelo senso do dever e fidelidade moral ao comportamento que têm afirmado no exercício de suas funções. Em vez de expor o Congresso, seria melhor dar a este a oportunidade de exercer o seu poder de polícia interna, como sempre tem feito ao tomar conhecimento de fatos dessa natureza.

O Congresso não pode ser julgado pelos que o traíram, que tentam manchar a sua imagem e não cumprem com o seu dever.

Vamos ver, agora, o que acontece na elaboração da proposta orçamentária pelo Poder Executivo. Ninguém sabe como ela é feita. Basta ver que essas verbas

que foram destinadas para obras estão superfaturadas, segundo relatório do Tribunal de Contas, não estão no Plano de Metas do presidente nem no Plano Plurianual. Por que considerá-las intocáveis?

A verdade é que o Congresso Nacional se renovou em matéria do Orçamento, mas a mesma denúncia não foi feita no âmbito do Poder Executivo.

Vamos fiscalizar o Congresso. Para isso suas decisões são tomadas à luz do dia, com a imprensa do lado, com os dois olhos de mais de 600 parlamentares, com a vigilância de todos os partidos políticos, com a inquietação e a cobiça de todos os interesses que estão em jogo na "lei de meios", principalmente dos contratantes de obras que desejam recursos para continuidade de seus trabalhos.

Mas vamos, também, fiscalizar o Poder Executivo. O Congresso tem o dever constitucional de fazê-lo e a opinião pública não pode barrar essa obrigação, fazendo o jogo daqueles que desejam um Orçamento elaborado secretamente e "imexível" para servir a interesses inconfessáveis. Que essas críticas não sirvam de "boi de piranha", para que o Orçamento fique à mercê dos lobbies que atuam na elaboração da proposta, pelo Executivo, e na votação pelo Congresso, aqui mais vigiados.

JOSÉ SARNEY é presidente do Senado.

O Congresso
não pode
ser julgado
pelos que o
traíram
